



Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	63.614,81	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.981.271,52	451.173,44
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (I II a + III b)	-	12.432.444,96
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		VALOR
		420.877.832.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,0 0 2 954 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,0 0 6 000 %		25.252.669,92
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0 05700 %		23.990.036,42
FONTE: SIAFI GERENCIAL E RESOLUÇÃO 5/2005 - CNJ		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LYLIAN BEATRIZ DE OLIVEIRA COMELI  
Secretária de Administração

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO  
Secretário de Controle Interno

RUBENS CURADO SILVEIRA  
Secretário-Geral

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 359, DE 27 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e tendo em vista o conteúdo no Procedimento Administrativo nº 10855/2009, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2009, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CARLOS AYRES BRITTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2008 A ABRIL DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	RS Milhares		
	DESPESAS EXECUTADAS		
	(Últimos 12 meses)		
LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15 7 783	1.621	
Pessoal Ativo	122.751	1.621	
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.032	-	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.54 7	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	3.872	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	4.700	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.976	-	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1 14 23 6	1.621	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	-	1 15 85 7	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>			42 0 877 8 32
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100			0,02 7527
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <-%>			18 5 0 5 6
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <-%>			0,043969
			0,041770
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE			

<sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN nº 276, de 19/05/2009.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA  
Secretário de Administração

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA  
Secretário de Controle Interno e Auditoria

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA  
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade em exercício

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

#### PORTARIA Nº 37, DE 27 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2009, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CESAR ASFOR ROCHA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2008 A ABRIL DE 2009

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I RS Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.689.007	13.965	8.702.972
Pessoal Ativo	8.063.375	13.019	8.076.394
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.942	0	1.942
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	3.686.399	10.027	3.696.426
Demais Despesas com Pessoal Ativo	4.375.034	2.991	4.378.025
Pessoal Inativo e Pensionistas	625.632	946	626.578
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	4.452.444	12.591	4.465.034
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	595	0	595
Decorrentes de Decisão Judicial	3.671.094	10.027	3.681.122
Despesas de Exercícios Anteriores	202.908	1.884	204.792
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	577.846	679	578.525
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.236.563	1.374	4.237.938
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III) / (IV) x 100	1,006602%	0,000327%	1,006928%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		6,868.592
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		6.525.162

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com pessoal ativo estão computadas R\$ 3.696.426.931,89 (três bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos) referentes a Precatórios e Requisição de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta;

3) Nas despesas com pessoal inativo estão computadas R\$ 2.027.889,16 (dois milhões, vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) com sentenças judiciais de inativos e pensionistas do próprio Órgão.

GETÚLIO CAIXETA SOUZA FERREIRA  
Secretário de Controle Interno

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA  
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

EVA MARIA FERREIRA BARROS  
Secretária-Geral

### SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

#### ATO NORMATIVO Nº 15, DE 27 DE MAIO DE 2009

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2008 a abril de 2009.

Art. 2º - Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 4-5-2000, observadas as prescrições da Portaria nº 577/STN/MF, de 15.10.2008 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexos

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES



## ANEXO

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2008 A ABRIL/2009

1 - LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I RS em Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	254.927	255	255.182
Pessoal Ativo	131.624	211	131.835
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio órgão e de outros da Adm. Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	131.624	211	131.835
Pessoal Inativo e Pensionistas	123.303	44	123.347
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de contratos de Reestruturação (Art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	53.484	0	53.484
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	86	0	86
Despesas de Exercícios Anteriores	11.325	0	11.325
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.073	0	42.073
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	201.443	255	201.698
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,047863 %	0,000061 %	0,047923 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			339.758
0,080726%			
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)			322.770
0,076689%			

## Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI 2008/2009/CELULAS.
- (2) RCL publicada pela Portaria nº 276/STN, de 19.05.2009
- (3) Limite Prudencial - LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução nº 26/CNJ, de 05.12.2006).
- (4) Do valor de R\$15.628.058,20 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$4.303.310,22, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (5) Do valor de R\$131.636,50 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$45.600,44, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (6) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei nº 4.320/64.

Min. CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES  
Presidente do Tribunal

MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA  
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO  
Secretário de Planejamento

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

## PORTARIA Nº 147, DE 27 DE MAIO DE 2009

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no uso de suas atribuições regimentais (art. 19, incisos XVI e XL), tendo em vista o disposto nos artigos 18, § 2º, 54, caput, inciso III e parágrafo único e 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

- I - tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio de 2008 a abril de 2009;
- II - esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ARQUILAU DE CASTRO MELO

## ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2008 A ABRIL DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL	26.255	111
- Pessoal Ativo	24.006	111
- Pessoal Inativo e Pensionistas	2.250	

- Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos e terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (III)		3.669
- Indenizações por demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
- Decorrentes de decisão judicial		
- Despesas de exercício anteriores		1.588
- Inativos e pensionistas		
- Inativos e pensionistas com recursos vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.586	111
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		22.698

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹	420.877.832
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,005393
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,008454	35.581
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,008031	33.801

FONTES: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

\* Valores referentes à Portaria STN n. 276, de 19/05/2009.

Nota: Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. ARQUILAU DE CASTRO MELO  
Presidente do Tribunal

SANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA  
Diretor-Geral

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO  
Secretário de Administração

JOSÉ WILIBALDO SAVINO CARVALHO  
Coordenador de Controle Interno  
Em exercício

ANTÔNIA GEANNE ARAÚJO DE SOUSA  
Coordenadora de Orçamento e Finanças

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

## PORTARIA Nº 288, DE 27 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo à presente Portaria, relativo ao 1º Quadrimestre do exercício 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA

## ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2008 A ABRIL/2009			RS Milhares
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a", e Portaria STN 577/2008)	DESPESA EXECUTADA		
DESPESA COM PESSOAL	Últimos 12 Meses		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)²	58.153	3	
Pessoal Ativo	52.977	3	
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.176	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	9.004	-	
- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
- Decorrentes de Decisão Judicial			
- Despesas de Exercícios Anteriores	3.857	-	
- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.147	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	49.149	3	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		49.152	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)³	420.877.832
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	0,011678%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	70.139
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	66.632

FONTES: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Notas:

- I - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: